

Injúrias, suicídio e neoconservadorismo: *narrativas escolares de estudantes LGBTQIPA+*

Insults, suicide and neoconservatism:
school narratives of LGBTQIPA+ students

Insultos, suicidio y neoconservadurismo:
narrativas escolares de estudiantes LGBTQIPA+

 **BRENO RAFAEL DA COSTA***

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, Brasil.

 **VAGNER MATIAS DO PRADO****

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, Brasil.

RESUMO: Este artigo problematiza modos pelos quais o neoconservadorismo corrobora a produção de processos de sofrimento e enredos suicidas em estudantes LGBTQIPA+. Dialogamos com enunciados de dois jovens universitários com expressões de sexualidade e gênero não normativas, a respeito de suas experiências de escolarização e o suicídio. Recorremos a teorizações pós-estruturalistas do campo educacional e a estudos socioculturais sobre o autoextermínio. Interrogamos como o neoconservadorismo e o neoliberalismo penetram as culturas escolares e configuram-se em terreno hostil, propício a injúrias contra estudantes LGBTQIPA+. Tais injúrias são capazes de (de)formar as subjetividades desses/as estudantes, possibilitando a constituição de processos suicidas. Os enunciados permitiram uma reflexão sobre a potência da escolarização pública em promover acordos entre sujeitos/as e grupos diferentes e, de tal forma, constituir-se como um espaço seguro a alunos/as LGBTQIPA+.

Palavras-chave: Suicídio. Escolarização. Neoconservadorismo.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* <b.rafacosta@gmail.com>.

** Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* <vagner.prado@ufu.br>.

ABSTRACT: This article problematizes the ways in which neoconservatism corroborates the production of processes of suffering and suicidal stories among LGBTQIPA+ students. We engage with narratives by two young university students with non-normative expressions of sexuality and gender, regarding their experiences of schooling and suicide. We draw on post-structuralist theories from the educational field and sociocultural studies on self-extermination. We question how neoconservatism and neoliberalism penetrate school cultures and configure themselves in hostile terrain, conducive to insults against LGBTQIPA+ students. Such insults are capable of (de)forming the subjectivities of these students, enabling the constitution of suicidal processes. The narratives allowed a reflection on the power of public schooling to promote agreements between different subjects and groups and, then, constitute itself as a safe space for LGBTQIPA+ students.

Keywords: Suicide. Schooling. Neoconservatism.

RESUMEN: Este artículo problematiza cómo el neoconservadurismo corrobora la producción de procesos de sufrimiento y enredos suicidas en estudiantes LGBTQIPA+. Dialogamos con testimonios de dos jóvenes universitarios con expresiones no normativas de sexualidad y género respecto de sus experiencias escolares y de suicidio. Recurrimos a teorizaciones postestructuralistas del campo educativo y estudios socioculturales sobre el autoexterminio. Cuestionamos cómo el neoconservadurismo y el neoliberalismo penetran en las culturas escolares y constituyen un terreno hostil, propenso a insultos contra los estudiantes LGBTQIPA+. Tales agravios son capaces de (de)formar las subjetividades de estos estudiantes, posibilitando la formación de procesos suicidas. Los enunciados permitieron reflexionar sobre el poder de la escuela pública para promover acuerdos entre diferentes sujetos/as y grupos y, de tal manera, constituir un espacio seguro para los estudiantes LGBTQIPA+.

Palabras clave: Suicidio. Escolarización. Neoconservadurismo.

Introdução

Lucas Santos, de 16 anos, após receber uma enxurrada de comentários LGBTfóbicos em seu perfil no *TikTok* por ter postado um vídeo em que simulava um beijo com seu melhor amigo, consuma seu suicídio¹, no dia 03 de agosto de 2021. Na noite de 12 de outubro de 2023, Karol Eller, influencer bolsonarista, conhecida por divulgar e participar de processos conhecidos como ‘cura gay’ em igrejas fundamentalistas, escreve em seu Instagram, minutos antes de se matar, que havia “*perdido a guerra*”, cansada de “*lutar por pátria!*”². Ainda no ano de 2018, no dia da vitória eleitoral do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, Eduardo, um jovem universitário gay (sobre quem falaremos mais adiante), estudante do 9º ano em uma instituição confessional, recebe a seguinte mensagem de outro aluno de sua turma: “*Agora a gente vai poder matar gente igual a você*”. Passam-se alguns dias desta mensagem e Eduardo tenta suicídio.

Nos parece que há algo em comum entre esses três casos. Algo que atravessa e produz o desejo de suicídio em três sujeitos/a que, embora distintos/a em alguns marcadores sociais, são subjetivados/a a partir de uma mesma racionalidade política: o neoconservadorismo. O neoconservadorismo estadunidense, para Wendy Brown³ (2006) – cuja análise que não se distancia tanto de elementos do neoconservadorismo brasileiro (SILVA, 2022) – precisa ser interpretado a partir dos seus nós com o neoliberalismo, uma vez que ambas as racionalidades políticas atuam na produção de um tipo particular de sujeito/a: aquele/a que não concebe a democracia como princípio. Em sua visão, tal forma de governo deveria, na verdade, ser extinta e dar lugar a replicações discursivas de dogmas morais religiosos, em uma verdadeira guerra àquelas vidas que destoam das premissas do Estado neoconservador e neoliberal (BROWN, 2006; SILVA, 2022; SEFFNER, 2022). Dois dos exemplos mais vívidos dos avanços do neoliberalismo e do neoconservadorismo e seus nós são o movimento nomeado Escola Sem Partido – ESP e a retórica da chamada ‘ideologia de gênero’ (MIGUEL, 2016).

De gêneses distintas, o ESP e a ‘ideologia de gênero’ negam premissas do pluralismo democrático e, pautados em uma retórica simplista e hiperbólica, denunciam falsamente a educação pública como objeto de perigo à segurança dos valores morais “indispensáveis” à vida em sociedade (JUNQUEIRA, 2018). Para Rogério Junqueira (2018), a ‘ideologia de gênero’ tornou-se um artifício capaz de catalisar violências e, ao mobilizar uma série de agentes e instituições, transforma-se em uma poderosa ofensiva contra aqueles/as que defendem o relativismo cultural, o diálogo, o pluralismo de ideias, as diferenças sexuais e de gêneros, os direitos reprodutivos e todos aqueles outros direitos que se opõem ao neoconservadorismo. O atual conservadorismo distingue-se dos ‘outros’ conservadorismos, diz Flávia Biroli, não ao “conteúdo, mas aos padrões de mobilização, ao reforço a tendências iliberais, à sua contribuição para justificar medidas autoritárias e naturalizar as desigualdades” (BIROLI, 2019, p. 85) O neoconservadorismo, como veremos, constitui-se

de elementos que fortalecem a agenda neoliberal, e vice-versa, produzindo e reiterando discursos que ganham terreno no cotidiano escolar e são capazes de construir um palco de hostilidades, inseguranças e discriminações contra aqueles/as produzidos/as como diferentes (BIROLI, 2019; SILVA, 2022; SEFFNER, 2020).

É nesse palco propício a violências que os processos suicidas podem ser analisados. Não podemos olhar para os dados construídos pela Organização Mundial da Saúde (2019), organização que registra um óbito por suicídio a cada 35 segundos no mundo e desconsiderar os aspectos políticos e culturais da produção deste acontecimento. Não podemos olhar para trabalhos como os de Fernando Teixeira-Filho, Carina Rondini e Juliana Bessa (2011), Neury Botega (2015) e Ítala Chinazzo *et al.* (2021), responsáveis por indicarem altas taxas de tentativas de suicídio entre sujeitos/as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, pansexuais e assexuais – LGBTQIPA+, sem problematizar os contextos produtores de tais enredos de sofrimento.

Luana Lima (2022), valendo-se das provocações de Achille Mbembe (2018), compreende o suicídio como um *ethos* do próprio neoliberalismo, que, fermentado em solo colonial, é resultante das políticas de morte, ou seja, a necropolítica. Nessa lógica, certos/as sujeitos/as são marcados/as para morrer. Quando não assassinados/as pelo Estado, incorporam o desejo – social – de não mais existir. A autora ainda questiona: “pode ser o suicídio um retrato da inimizade, como racionalidade política e modo de subjetivação, retornada e hospedada em si, espelho de uma relação bélica consigo mesmo?” (LIMA, 2022, p. 102).

As inimizades, marcadamente produtos das racionalidades neoconservadora e neoliberal, emergem no cotidiano escolar (SEFFNER, 2015; 2022). Nessa esteira, não raro são alvo de agressões, piadas e exclusões nas escolas os/as estudantes LGBTQIPA+ (JUNQUEIRA, 2014; PICHETTI & SEFFNER, 2017; TEIXEIRA-FILHO, RONDINI & BESSA, 2011), mesmo público que a ofensiva neoconservadora insiste em retratar como inimigos/as, desejando e produzindo políticas de morte direcionadas a seus corpos (SEFFNER, 2022; JUNQUEIRA, 2018). Nesse sentido, não teria o suicídio, na esteira da interrogação de Lima (2022), relação com modos de subjetivação oriundos das racionalidades políticas? Seria possível pensar o suicídio de sujeitos/as LGBTQIPA+, entre inúmeros outros fatores, como efeito das experiências que (de)formam suas subjetividades? Como o cotidiano escolar, em um ‘caldo cultural’ tradicionalista, religioso, familista e neoliberal, constitui as vidas de estudantes LGBTQIPA+? E, por fim, teriam essas experiências escolares, quando permeadas por violências e inimizades, relações com o autoextermínio?

Postas essas provocações introdutórias, este artigo, resultante de uma dissertação de mestrado em Educação, pretende problematizar modos pelos quais a ofensiva neoconservadora, ao autorizar cenas de injúria na Educação Básica direcionadas a estudantes LGBTQIPA+, pode produzir, em meio a tensões, fissuras e resistências, enredos suicidas.

Para isso, contamos nossos *Caminhos metodológicos* e, em sequência, na subseção intitulada *Injúrias escolares em contextos e efeitos* traçamos um panorama, com auxílio da narrativa de

Eduardo, sobre como postulados neoconservadores podem traduzir-se em um contexto que possibilita um “mundo de injúrias” (ERIBON, 2008) – neste caso, ‘escolas de injúrias’ – e, com isso, possibilita também enredos de sofrimento em que o suicídio emerge como opção. Na sequência, em *Suicídio e escolarização: da injúria à prevenção*, seguimos problematizando, agora com auxílio dos enunciados de Apollo, como as injúrias, ao forjarem subjetividades despotencializadas, corroboram a produção do suicídio. A narrativa de Apollo permite, ainda, a construção de provocações introdutórias quanto ao papel que a escolarização pública e laica, na contramão dos interesses privatistas e religiosos, pode vir a ter na construção de espaços seguros às vidas não-heterossexuais e trans. Assim, a discussão teórica está imbricada às análises das narrativas de Eduardo e Apollo, não havendo fragmentação entre as provocações teóricas e os resultados da investigação na estrutura deste artigo.

Caminhos metodológicos

Não são poucas as pesquisas produzidas pelos saberes biomédicos, psicológicos e sociológicos que têm procurado respostas às ‘causas’ do autoextermínio, por intermédio de dados quantitativos póstumos a quem consumou o ato (DURKHEIM, 2000; BOTEGA, 2015). Na contramão desses trabalhos, concebemos o suicídio como um acontecimento complexo, permeado de curvas, tensões, de difícil datação, categorização e, de tal forma, construído em vida (LOPES, 2013). É, de certa forma, um processo difícil no qual se possa fixar início e fim, mas que se produz nas relações sociais, interpeladas por normas culturais e efeitos de verdade (NAGAFUCHI, 2019). Logo, a escolha da abordagem qualitativa mobilizada neste trabalho justifica-se pela urgência em produzirmos outros olhares para as experiências que ocorrem em vida e, de algum modo, possuem relação com o processo suicida.

Na esteira da concepção antropológica de suicídio defendida no trabalho de Thiago Nagafuchi, nossa intenção é produzir “uma tentativa de inserir mais elementos e categorias de análise para uma compreensão que supere o senso comum e colabore para retirar o suicídio da esfera dos temas tabu em nossa sociedade” (NAGAFUCHI, 2019, p. 103), não sinalizar verdades universais. Desse modo, olhamos para as experiências de escolarização e para elementos das chamadas “culturas escolares” (SEFFNER, 2020) enquanto instâncias responsáveis por nos (de)formar subjetivamente. Para isso, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conduzimos entrevistas com estudantes universitários/as autodeclarados/as gays, bissexuais, pansexuais, transexuais e não-binários.

Este artigo é composto pelos enunciados de Eduardo, jovem gay, cisgênero, branco e discente do curso de Pedagogia; e de Apollo, não-binário, pansexual, amarelo e estudante de Filosofia, uma vez que ambos estabeleceram em suas narrativas relações entre a escolarização e suas respectivas tentativas de suicídio. Os nomes são fictícios e foram

escolhidos por eles⁴ no momento da entrevista. Eduardo e Apollo responderam voluntariamente a um questionário divulgado pelas mídias sociais do grupo de pesquisa que nós, pesquisadores, integramos. O questionário tinha o intuito de traçar o perfil socio-demográfico e escolar de universitários/as LGBTQIPA+ que desejassem conceder uma entrevista sobre as possíveis relações entre o processo de escolarização e o suicídio.

As análises e debates propostos aqui fazem o exercício de pensar categorias responsáveis por sustentar incômodos e construir mecanismos capazes de articular os processos de escolarização e a processualidade suicida, a partir do arcabouço teórico inaugurado pelo pós-estruturalismo. Por essa razão, optamos por conceber aqui a verdade com *v* minúsculo, não como uma categoria universalmente impositiva, mas forjada na e a partir da linguagem (NAVASCONI, 2019). Além do mais, não é possível classificar rigidamente os suicídios sob o risco de estigmatização (NAGAFUCHI, 2019). O processo suicida não é um caminho linear capaz de ser delimitado com exatidão e, por isso, optamos por um exercício analítico que nos aproxima das interpretações sobre o discurso fornecidas por Michel Foucault (1996). De tal forma, não temos a preocupação em evidenciar a origem da narrativa, mas sim em contar como as experiências dos/as participantes foram constituídas e como as reverberações da produção da subjetividade ocorrem, muitas vezes, de forma despotencializadora e suprimida pela injúria (ERIBON, 2008).

Procuramos, nessa lógica, mobilizar a literatura do campo educacional sobre gênero e sexualidade, junto aos saberes socioculturais do campo dos estudos sobre suicídio, para problematizar os discursos que, ao atravessarem os/as entrevistados/as, compuseram suas experiências escolares.

Injúrias escolares em contextos e efeitos

“Bom, no final do nono ano a gente fez uma viagem né, de formatura, aí foi a galera da sala e tals, e tinha aquele menino que eu te falei mais cedo. Ele até me ameaçou de morte. Isso tinha sido depois da eleição do Bolsonaro. Esse ocorrido da ameaça foi no dia da eleição que ele me mandou uma mensagem falando “Olha, agora a gente vai poder matar gente igual você. Fica esperto.

[...]

Eu fiquei com medo no dia, mas depois de um tempo entrou na minha cabeça que aquele mané não ia fazer nada. Mas eu fiquei com bastante medo na época. Enfim, esse medo era uma coisa mais geral, acho que esse medo todo mundo sentiu depois que ele foi eleito”. (EDUARDO, 2023).

O trecho acima corresponde a uma fala de Eduardo, que contou ter ficado com “*bastante medo*” da mensagem que recebeu de outro estudante. Acredita, ainda, “*que esse medo todo mundo sentiu depois*” de Jair Messias Bolsonaro ter sido eleito, no ano de 2018. No recorte, o jovem está contando sobre uma de suas experiências durante o período em que cursou

o Ensino Médio em uma escola confessional. Essa e outras cenas de agressões, em que as piadas e os insultos se faziam presentes e cotidianamente reiterados, marcaram a subjetividade do jovem. Para Vanice Sargentini (2017), no entanto, nem todo insulto se transfigura em uma agressão: é preciso existir um contexto. E qual é o contexto (sobre)posto na narrativa de Eduardo?

O presidente então eleito, autor das frases “seria incapaz de amar um filho homossexual”⁵ e “Peço a Deus que o Brasil não sinta as dores do comunismo”⁶, é a mais caricata representação de uma política que funde a racionalidade neoliberal ao tradicionalismo conservador. Com sua vitória, ganharam também as políticas neoconservadoras e neoliberais na instauração de uma situação de insegurança às vidas que desrespeitavam tais moralidades, como vidas LGBTQIPA+.

As racionalidades políticas neoliberal e neoconservadora podem ser compreendidas, na esteira da argumentação de Fernando Seffner, como “um conjunto de práticas, de normas regulatórias, de narrativas e de valores éticos e morais” (SEFFNER, 2020, p. 6). Mobilizamos tais conjuntos na fabricação de comportamentos e ao interpretar comportamentos de outros sujeitos/as, além de “atribuir a algumas vidas a possibilidade de vidas que valem a pena serem vividas, e a outras como vidas que não são dignas de viver” (SEFFNER, 2020, p. 6). Considerar o neoconservadorismo e neoliberalismo como racionalidades nos permite entender um agrupamento de elementos que incidem na formação dos/das sujeitos/as (BROWN, 2006).

Para Brown (2006), o neoconservadorismo concebe o Estado e sua política como agente de moralidades religiosas. O Estado neoconservador pauta-se, para a autora, em uma teologia marcadamente cristã de apelo popular e de produção de antagonismos morais entre “bons” e “maus” cidadãos. Para Biroli (2019), a definição identitária pública do neoconservadorismo se constrói, inclusive, em oposição aos feminismos e suas pautas, como a defesa das livres expressões sexuais e de gêneros. Já o neoliberalismo, para Wendy Brown (2006), ao contrário do neoconservadorismo – que prevê a aniquilação das diferenças culturais pela cristalização do tradicionalismo cristão nacionalista –, concebe o Estado e os/as sujeitos/as a partir da lógica empresarial, prevendo a eliminação das fronteiras culturais e nacionais ao submeter tudo à cultura financeira. As racionalidades, diz Brown (2006), produzem ainda efeitos nas condições pelas quais os/as sujeitos/as adquirem inteligibilidade e convergem, sobretudo na construção de um tipo particular de sujeito/a.

Esse/a sujeito/a, atravessado/a por ambas as racionalidades políticas, passa a conceber as relações sociais e políticas por intermédio de lógicas morais. A democracia, em sua valorização do diálogo e das diferenças, não é interessante à política neoconservadora; tampouco princípios democráticos como igualdade são de interesse do mercado neoliberal. Para Brown (2006), o/a sujeito/a neoconservador/a, subjetivado/a pelos mecanismos neoliberais, é produzido/a para agir de forma individualista, competitiva e com descrença na democracia. Como resultado da combinação dessas racionalidades temos

também um vácuo na cultura democrática de direito a ser preenchido, dizem Marlon Silva (2022), Vincent Goulart e Henrique Nardi (2022), por elementos já conhecidos pela história colonial: a religião, a família e o tradicionalismo. Em resumo,

ainda que elas sejam racionalidades políticas de natureza distintas, e até mesmo contraditórias, nos últimos anos têm convergido seus interesses em torno da governança baseada em critérios de mercado e da valorização do poder estatal para fins morais, em detrimento das liberdades políticas, da igualdade, da cidadania e do Estado de direito (SILVA, 2022, p. 32).

Sob a cultura neoconservadora e neoliberal, o diálogo e a construção de acordos entre grupos diferentes não são elementos que constituem os/as sujeitos/as, pelo contrário, pensamentos distintos e sujeitos/as que não se modulam segundo as prerrogativas tradicionalistas tendem a ser interpretados/as como maus/más cidadãos/ãs e inimigos/as da ordem racional (BROWN, 2006; SILVA, 2022; BIROLI, 2017). Para Achille Mbembe, a guerra é uma normativa da dinâmica colonial em que as políticas de inimizades, na emergência “de uma noção ficcional de inimigo”, são autorizadas pelo “Estado racista, Estado assassino, Estado suicidário” (MBEMBE, 2018, p. 17-19). Na leitura de Lima (2022), as guerras fundam, para Mbembe (2018), nossas concepções e exercitam, por meio das necropolíticas, a distribuição desigual das formas de viver e morrer. Seffner (2020) usa a metáfora da guerra para exemplificar o contexto nacional em que o diálogo não circunscreve, como deveria, o campo democrático; pelo contrário, aqueles/as que divergem em opiniões são, necessariamente, inimigos/as. Recuperar os imperativos da dominação colonial, marcadamente cristã, familista, tradicionalista e produtora de certos dogmas normativos é, portanto, imperioso para que possamos compreender as distribuições desiguais supramencionadas (GOULART & NARDI, 2022).

Para Lima (2022), o suicídio pode também ser interpretado como a expressão dessas guerras. As necropolíticas, na lógica da guerra, atravessam subjetividades e produzem sujeitos/as já marcados/as para morrer, sujeitos/as submetidos/as a um estatuto de morte em vida (MBEMBE, 2018). Não à toa, as taxas de suicídio ocupam o segundo lugar, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), no número de óbitos por “causas externas”, ficando atrás somente das vítimas de trânsito. Logo, é necessário entendermos o suicídio e seus processos a partir das condições materiais e simbólicas que fazem viver corpos brancos, ricos, cristãos, europeus, masculinos, cisgêneros, heterossexuais, enquanto outros corpos são eliminados pelos atos homicidas e suicidas do Estado neoconservador e neoliberal em políticas e efeitos diante do cotidiano dos/as cidadãos/ãs (MBEMBE, 2018; LIMA, 2022; GOULART & NARDI, 2022). De tal forma,

Esses dados balizam a ideia do suicídio como um fenômeno que prescinde dos ataques diretos “dos inimigos” ou das balas do Estado a despeito de ser também um aparato de agenciamento, por via da incitação, indução, negligência ou abandono às condições indignas de sobrevivência (LIMA, 2022, p. 101).

De acordo com Lima, o suicídio evidencia “uma teia de circunstâncias, de discursos, imperativos, coerções, negligências, pagamentos, induções e desconexões” (LIMA, 2022, p. 120). A morte auto infligida, nessa seara, pode ser oriunda dos modos violentos de subjetivação (NAVASCONI, 2019). Modos que são sustentados e ampliados pela ação violenta do capital, em suas roupagens empresariais, e pela incorporação das políticas de morte e do imperativo colonial, esse último expresso nas movimentações neoconservadoras.

Essas ações violentas de exercício do necropoder podem também estar presentes no cotidiano escolar. Para Goulart e Nardi (2022), as escolas atuam, muitas vezes, replicando os dogmas coloniais cristãos ao considerar pessoas trans como inimigas, aproximando-as da ideia de ‘demônio/satanás’. De acordo com os autores, a necropolítica estatal, voltada à eliminação das vidas trans, negras e indígenas, opera inicialmente na escola, tomando os discursos biologistas como verdades inequívocas e excluindo essas populações, tornando-as estranhas aos espaços institucionais.

As instituições escolares e a educação como um todo, pontuam Junqueira (2018), Biroli (2019), Seffner (2020, 2022) e Luís Felipe Miguel (2016), são atravessadas pelas racionalidades neoliberais e neoconservadoras. Efeitos das produções dessas racionalidades são encontrados nas culturas escolares, entre eles, o fato de que a escola pública e aquelas/as que defendem e expressam as diferenças de corpos e ideias tornam-se alvo nesse espaço. Nas palavras de Junqueira,

a partir de pressupostos distintos, ambas agendas convergem em relação a várias medidas, como a privatização, a redução de recursos públicos para a educação pública, o aumento das transferências públicas em favor do ensino privado, as reformas curriculares, a deslegitimação da autonomia docente, a precarização das carreiras, o desestímulo às experiências de gestão democrática, a militarização das escolas, entre outras (JUNQUEIRA, 2019, p. 17).

Nesse sentido, neoconservadorismo e o neoliberalismo combinam-se na produção de efeitos seja nas políticas públicas em educação dos últimos anos, como defende a tese de Silva (2022), seja em meio as culturas escolares (SEFFNER, 2022). Dado os objetivos no presente texto, ao considerarmos o suicídio como resultado possível dos modos de produção de sujeitos/as, e as escolas como espaços de subjetivação por excelência, pode a escolarização produzir enredos suicidas?

É possível, em outras palavras, que as experiências escolares, afetadas pelas racionalidades neoliberais e neoconservadoras, corroborem a construção de enredos suicidas? Depois de receber, objetivamente, uma mensagem como a que Eduardo recebeu – “*Agora a gente vai poder matar gente igual a você*” –, como fica a subjetividade da vítima? Quais os efeitos na autopercepção ao ser interpretado, dentro da escola, como um inimigo, sob a marca de uma diferença com a qual não devemos dialogar, mas sim eliminar? Recorremos a um dos trechos da fala de Eduardo para seguir com as provocações:

“No nono ano, tinha uma querida. Nossa uma querida, maravilhosa! [comenta em tom de deboche] E... aí, ela é lésbica né. Mas ela é ‘gays com Bolsonaro’ até hoje. Ela era o centro das atenções de todo mundo. Todo mundo queria ser ela. E eu era meio que tipo o ‘gay errado’, porque ela era a lésbica que falava ok ser homofóbico, ok ser assim. Ao mesmo tempo ela era super extrovertida, ela fazia o que ela queria, ela pegava quem ela queria. Enfim, ela fazia muito bullying comigo, eu não podia fazer que ela me corrigia, sabe? Eu dava um jeito de soltar uma fala assim, sei lá, me marcar em jogo de Educação Física para ver se eu passava vergonha. Era o dia inteiro. E isso somava com várias outras coisas e eu fui ficando muito mal.

[...]

Eu tive depressão em 2018. Eu fui para psicóloga apenas algumas vezes, depois eu saí porque minha família não entendia muito bem, enfim. Essa convivência foi realmente um dos fatos que me fez chegar em um nível extremo. Um tempo depois dessa viagem que a gente fez, umas duas semanas, eu já estava tipo assim, convencido de que ok...Dá para acabar por aqui” (EDUARDO, 2023).

Na viagem citada por Eduardo vários/as estudantes riram e enunciaram comentários discriminatórios quanto à sexualidade do jovem. Esse acontecimento, somado a um cotidiano em que uma de suas agressoras, uma estudante *“lésbica que falava que era ok ser homofóbico”* e que *“é ‘gays com Bolsonaro’ até hoje”*, tornava insuportável sua existência na escola. *“Era o dia inteiro”* expressa a necessidade da norma de marcar, repetidamente, a diferença. Mais que isso, as violências fazem Eduardo ir *“ficando muito mal”* ao ponto de fazê-lo *“chegar em um nível extremo”*. *“Dá para acabar por aqui”* fala, nesse sentido, da impossibilidade de Eduardo vislumbrar, naquele contexto, um futuro melhor para si.

Didier Eribon (2008), ao tecer considerações sobre a ordem sexual que marca de modo não homogêneo vidas gays, percebe na injúria uma tecnologia que atravessa as experiências desses/as sujeitos/as. Mas não só as vidas gays estão diante das injúrias. O mundo de injúria está posto diante de todos/as, diz Eribon (2008), e instituições como as escolas podem produzir, cotidianamente, violências direcionadas aos corpos desviados. De tal forma que Eduardo, objetivamente perseguido e injuriado, tem sua subjetividade produzida por intermédio de tais objetividades.

Ainda em diálogo com a fala de Eduardo, Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011) afirmam, em uma pesquisa feita com 2.282 estudantes, que não é incomum que não-heterossexuais participem das cenas de agressão a outros corpos dissidentes, direta ou indiretamente, com o intuito de tentarem não se tornarem alvos das injúrias escolares. Mais difícil é, nos parece, compreender a (de)formação subjetiva daqueles/as agentes que se identificam com os dogmas tradicionalistas e, ao mesmo tempo, não expressam seus desejos conforme a norma. O possível de ponderar, a partir da fala de Eduardo, é como a injúria em contexto escolar possui íntima relação com a construção de um processo de sofrimento em que o suicídio aparece como possibilidade.

Na investigação de Fernando Teixeira-Filho, Carina Rondini e Juliana Bessa observou-se “que vári@s [sic] adolescentes não-heterossexuais que já pensaram em se matar foram vítimas de discriminações e agressões, perpetradas por pessoas próximas e em diversos locais por onde circulam” (TEIXEIRA-FILHO, RONDINI & BESSA, 2011, p. 735), inclusive nas escolas. Para Welson Santos e Nilson Dinis (2018), as violências direcionadas aos corpos que não se enquadram nos regimes normativos podem produzir nesses/as sujeitos/as uma negatificação de si, na qual, a partir de certo sufocamento subjetivo, o suicídio é desejado, tentado e consumado.

Portanto, não seria o desejo de Eduardo, de dar fim a própria vida, um efeito de suas experiências de violências nas escolas? Considerando sua narrativa, tais violências não foram autorizadas e/ou ampliadas por tecnologias, ações, princípios e agentes que atuam a serviço dos dogmas neoconservadores? E, ainda, se considerarmos que as experiências de escolarização que formam sujeitos/as LGBTQIPA+ são atravessadas não só pelos imperativos coloniais e conservadores, mas também pela lógica moral do mercado (SILVA, 2022; SEFFNER, 2020; 2022), pode o processo suicida possuir relação também com tal racionalidade? Como a lógica neoliberal auxilia a tornar possível a injúria em solo escolar e, com isso, corroborar a produção do sofrimento de estudantes não-heterossexuais e trans?

Embora seja complexo responder tais questões, não podemos minimizar a força da racionalidade neoliberal em cooptar e individualizar pautas, produzindo sujeitos/as que se culpabilizam pelo próprio fracasso diante do sistema (BROWN, 2006; LIMA, 2022). Tanto que, para Lima (2022), o corpo é o local onde se operacionam as tecnologias neoliberais e suas violências:

A violência ao(s) outro(s) carrega a ideia do corpo predominantemente restrito ao corpo objeto. Um corpo que, apesar de político, é esvaziado, invariavelmente circunscrito ao consumo, predação ou aniquilamento. A assimilação e reconhecimento do outro e mesmo de seu próprio como objeto é fruto do corpo como propriedade – passível à exploração (LIMA, 2022, p. 108).

A produção de subjetividades despotencializadas se traduz, dessa forma, tanto no movimento homicida do sistema, junto à submissão dos/das sujeitos/as a condições de precarização da vida, mas também pelo investimento estatal em seus efeitos sobre as subjetividades, neste caso, subjetividades LGBTQIPA+, na produção de vidas que não desejam viver, relegadas ao que Mbembe chama de estatuto de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 71). Assim, o neoliberalismo transforma tudo em objeto de consumo, sobretudo as escolas.

Nesse sentido, podemos interrogar, considerando inclusive o que Eduardo narrou a partir das marcas deixadas por escolas privadas e confessionais, o quanto das violências direcionadas ao seu corpo foram possíveis em razão não apenas do recrudescimento do neoconservadorismo, mas da união deste com o extrativismo neoliberal. Em outras palavras, Eduardo teria adoecido fora da lógica neoliberal, na qual o individualismo e a culpa prevalecem, com desinteresse do mercado por pressupostos como igualdade? O

fato de a escola ser privada e poder também orientar-se por matrizes religiosas possui relação com a viabilidade da injúria e seus efeitos? Poderiam as escolas públicas, na contramão dos interesses do mercado e do cristianismo, constituírem-se como um espaço seguro aos/às estudantes LGBTQIPA+?

Suicídio e escolarização: da injúria à prevenção

“Eu era basicamente uma criança gay, um menininho gay que estava lá. E foi um processo muito difícil porque eu estudei em uma escola católica. Então, a partir daí tinha todos os dilemas de ser um ambiente extremamente religioso, pessoas muito conservadoras. Gente mais nova que eu até, que fazia muitas piadas da minha existência lá. [...] Tanto que foi um processo de eu começar a me excluir da sociedade, começar me recolher, ficar evitando as pessoas porque eu não queria ser motivo de chacota e piada. Ao ponto de eu entrar no meu máximo e não conseguir mais. Foi quando eu tive a tentativa de suicídio.

[...]

Aí só que lá eu saí de uma escola religiosa e fui parar em outra escola religiosa! Eu saí de uma escola católica para ir para uma escola evangélica. E então começou de novo, eu estava em uma fase pós-tentativa de suicídio, em uma escola totalmente religiosa que tratava o cenário das pessoas LGBTs de uma maneira muito tortuosa. Apenas em torno de “que você deveria ser feliz”, “que você deveria ser grato por existir”, mas em nenhum momento eu me sentia grato por existir porque eu sempre era tratado mal.

[...]

Aí quando eu volto para a escola católica, que eu consigo voltar, é... Era o principal assunto. Então, eu era “o gayzinho depressivo”, que tentou se matar, que estava ferindo deus em uma escola católica. Então, tipo assim, tinha aquela questão que eu era uma pessoa completamente ruim de se viver, que eu não poderia ficar muito próxima” (APOLLO, 2023).

O enunciado acima diz respeito a uma fala de Apollo. Suas experiências escolares foram circunscritas por várias cenas de violência. Frequentar uma instituição católica, contou Apollo, vivenciando “*todos os dilemas de ser um ambiente extremamente religioso*”, assegurou que “*pessoas muito conservadoras*” fizessem “*muitas piadas*” sobre sua existência nessa instituição. O jovem contou que foi experienciando cenas de injúrias em que o enredo da “*tentativa de suicídio*” é composto. Após a tentativa, Apollo passa a frequentar outra escola, de confissão evangélica. O sofrimento de Apollo, no entanto, não findou nesse momento, mas seguiu contornando sua existência e marcando-o. A jovem não ficou muito tempo nessa escola, mas foi o suficiente para sentir que lá tratavam “*o cenário das pessoas LGBTs de uma maneira muito tortuosa*”. Quando voltou para a instituição católica, o jovem era “*o gayzinho depressivo*”, que tentou se matar, que estava ferindo deus em uma escola católica”.

O coro de insultos, como diz Sargentini (2017), tem a exclusiva intenção política de rebaixar o/a outro/a, produzindo-o/a como um nada, uma monstruosidade. No caso de Apollo, as instituições confessionais tornaram possível e desejável o autoextermínio

mediante as agressões orquestradas por grupos conservadores cujos insultos, direcionados ao corpo do jovem, o produzem como um monstro, uma aberração, um inimigo. A estudante, inserida em uma cultura escolar cristã e conservadora, no momento político de ganho expressivo desses setores na política institucional, concebe a si mesmo, a sua subjetividade, como *“uma pessoa completamente ruim de se viver”*.

A agressão é atravessada por relações de poder assimétricas que, ao serem validadas por uma lógica mais ampla, pode possibilitar que ocorra uma produção em “manada” de insultos que visam reduzir o/a sujeito/a à monstruosidade, ao horror e ao não entendimento de si (SARGENTINI, 2017). Não à toa, são efeitos dos aprendizados escolares sobre ‘ser’ gay, lésbica, bissexual e/ou trans como representações não desejáveis o sentimento de inferioridade, a desvalorização e a negatização de si (TEIXEIRA-FILHO, RONDINI & BESSA, 2011).

Todos esses aspectos, voltamos a frisar, circunscritos a uma conjuntura em que grupos interessados em promover uma agenda moral repressiva, dizem Junqueira (2018), Miguel (2016) e Seffner (2022), agrupam-se sob o sintagma da ‘ideologia de gênero’, da ‘teoria do gênero’, ou ainda, *gender* – utilizando o termo em inglês como recurso estratégico para marcar o caráter ‘alienígena’ dessas reflexões. Essa agenda catalisa violências e reúne do mesmo lado da arena política setores católicos fundamentalistas, neopentecostais e o mercado, a quem não interessa o fortalecimento da escola pública e laica. Sobre esse ponto:

ativistas antigênero dedicam-se a legitimar e a fortalecer as instituições responsáveis pela “moralização” da sociedade, ao mesmo tempo em que se empenham em ridicularizar e estigmatizar quem se ocupa em promover, disseminar ou apoiar a aqui doravante referida “teoria/ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018, p. 456).

Conforme argumenta Junqueira (2018), as cruzadas morais ganham terreno na arena pública em defesa da ‘família natural’, da biologia e preceitos religiosos ‘não negociáveis’. Sujeitos/as autodeclarados/as ‘pró-vida’ e ‘pró-família’ fomentam um projeto de sociedade em que não há lugar para o pluralismo democrático. Ao reverberar nas escolas, esse investimento na ordem moral as transforma em lugares hostis, palcos de guerra (SEFFNER, 2020), onde professores/as e estudantes tornam-se, a depender de seus gêneros, sexualidades e concepções políticas – partidárias ou não – inimigos/as que devem ser expostos/as, agredidos/as, controlados/as, vigiados/as e exterminados/as (JUNQUEIRA, 2018, 2019; PICCHETTI & SEFFNER, 2017).

Considerando o investimento nas ridicularizações, estigmatizações e injúrias, entendem-se os caminhos tomados por Apollo, Eduardo e outros/as não-heterossexuais e/ou trans ao desejarem não mais existir. O suicídio é intrínseco às experiências em vida, marcadamente um ente cultural e social (NAGAFUCHI, 2019; DURKHEIM, 2000). As experiências escolares, etapa em que passamos, obrigatoriamente, 13 anos de nossas vidas, na qual quase 80% das matrículas são de estudantes da rede pública (SEFFNER, 2022; INEP, 2023), nos parece aspecto importante de ser estudado com mais atenção pelas investigações sobre suicídio.

A partir de tais considerações, sabemos que o neoconservadorismo, em laços com o neoliberalismo, produz efeitos no cotidiano escolar, impactando a cultura escolar e produzindo entaves a sua laicidade constitucional (BRASIL, 1988; JUNQUEIRA, 2018, 2019; SEFFNER, 2015; 2020; 2022). As escolas públicas, que deveriam, constitucionalmente, assegurar as diversidades, são alvos das várias “tentativas de colonizar o percurso escolar com valores domésticos e religiosos, a assolar as fronteiras entre famílias, escolas e instituições religiosas, três instâncias tradicionais de governo dos infantis e dos jovens” (SEFFNER, 2022, p. 3). Nessa esteira, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), instituições privadas e comunitárias – e somente essas – são autorizadas à incorporação de orientações confessionais em seus princípios. Esse dispositivo legal garante que famílias possam, conforme sua condição financeira, matricular filhos e filhas nas escolas que desejarem, inclusive escolas como as que Eduardo e Apollo estudaram.

Ao ponderarmos tal questão não pretendemos homogeneizar verdades a respeito das escolarizações de jovens LGBTQPA+ em escolas particulares e religiosas. Mas nos cabe provocar, novamente, sobre o quanto da efervescência do neoconservadorismo, quando possibilitado em tais instituições, autoriza a injúria, e produz sofrimentos psíquicos e enredos suicidas em estudantes trans e heterodissidentes; e em paralelo, interrogar qual a função e a potência da escola pública na produção de subjetividades LGBTQIPA+.

Nas últimas décadas, sobretudo após a promulgação da Constituinte, responsável por tornar a educação como direito social, subjetivo e inalienável de todos/as os/as cidadãos brasileiros/as (BRASIL, 1988), as escolas têm se colorido com estudantes de uma multiplicidade de credos, etnias, raças, gêneros, sexualidades e projetos de vida; não mais exclusiva de uma minoria branca e masculina, privilegiada (SEFFNER, 2020). De acordo com dados do Censo Escolar, levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, referentes ao ano de 2023, são 47,3 milhões de pessoas matriculadas nas redes públicas de ensino (INEP, 2023). Tal número demonstra o impacto que tais instituições possuem na vida de quase todas as crianças e jovens do território nacional.

Não à toa, a escola pública torna-se alvo de grupos fundamentalistas, setores privatistas e religiosos, vez que nessa instituição reside a potência, na convivência plural com as diferenças, da consolidação da cultura democrática de direitos; atravessada de afetos e possibilidades de criação de outros modos de conceber o mundo (PICHETTI & SEFFNER, 2017; SEFFNER, 2015; 2020). De tal forma, a instituição escolar pode ser também um espaço capaz de abarcar uma multiplicidade de corpos, costumes, saberes e desejos. Apollo foi uma dessas vidas, abraçada pela efervescência de cultura e vida presente na escola pública:

“Aí quando eu vou para uma escola pública, eu vou estudar em uma escola que já tem gays assumidos. Uma coisa mais da periferia, uma coisa mais real. Então eu me sinto em um ambiente muito mais acolhedor. Tanto que quando eu tô na escola pública eu tô praticamente na ascensão de começar a sair. Eu tô com 17 anos, dos 16 para os 17 anos, então quando eu já saio do Ensino Médio, eu já saio para curtir a noite e conhecer outros gays.”

[...]

Cada um tinha sua própria bolha, mas eles existiam, então, tipo, o respeito na escola existia por conta que essas pessoas já tinham feito alguma coisa. Não era tipo igual eu na outra escola, que eu tive que chegar e ser a primeira pessoa, virando o “bafafá” e sendo o assunto. Que é uma coisa muito pesada” (APOLLO, 2023).

Apollo, para quem a escolarização foi circunscrita por injúrias, ao ponto de tentar suicídio, vislumbra na escola pública um futuro outrora perdido. Nessa escola, “já tem gays assumidos”, composta por sujeitos “da periferia”, algo “mais real”, comentou. É lá que o jovem se sente “em um ambiente muito mais acolhedor”, forjando experiências outras que não as circunscritas por cenas de violência. O estudante não estava, como antes, sozinho; agora consegue reconhecer em outros, possibilidades de si: “eles existiam”.

Como já discutido, o suicídio não é um ato singular, mas social e cultural (DURKHEIM, 2000; NAGAFUCHI, 2019). Nessa lógica, falar de prevenção, diz Lima (2022), é também falar de modos coletivos de enfrentamento aos sofrimentos. Para Botega (2015), a prevenção do suicídio precisa ser feita de modo intersectorial, passando por hospitais, escolas e chegando nas políticas públicas de combate ao desemprego e às desigualdades de modo geral. Nas escolas, a prevenção passa, para a Organização Mundial da Saúde (2000), pela identificação dos aspectos de risco suicida, mas também pela construção e fortalecimento de fatores de proteção ao suicídio, como bons vínculos com colegas e professores/as.

As violências escolares são, indicam pesquisas como Botega (2015), Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011), aspecto de risco suicida a homossexuais, bissexuais e trans. Em contrapartida, o apoio social e o apoio a identidade de gênero são fatores de proteção ao autoextermínio de pessoas trans, conforme indica a investigação de Chinazzo *et al* (2021). De tal forma, poderíamos, a partir dos enunciados de Apollo, considerar que as experiências de escolarização podem prevenir o suicídio, quando possibilitam amplo reconhecimento das diferenças, ainda que não intencionalmente? O que há de potente em instituições como as que Apollo descreve, capazes de fazer com que o suicídio não ocupe mais o campo das possibilidades futuras?

Seffner (2015, 2020, 2022) afirma ser papel da escola, espaço republicano por excelência, a alfabetização científica e o *modus vivendi*. Esse último refere-se à noção histórica da “capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cujas opiniões diferem” (SEFFNER, 2015, p. 81). A escola da qual Apollo fala nos parece configurar-se como um espaço de exercício do *modus vivendi*. Embora nossa escola pública seja marcadamente católica (SEFFNER, 2020), fruto da herança colonial, é função dela “introduzir os sujeitos numa ordem cidadã, que não é mais religiosa, não é moral, mas é de direitos” (SEFFNER, 2015, p. 100). Dessa forma, as escolas precisam trabalhar com a possibilidade da construção de acordo entre diferentes, diz Seffner (2020). Ainda é delicado saber, no campo dos direitos, como refletir e trabalhar com a ambivalência e as contradições presentes entre a

liberdade de expressão, a liberdade religiosa e a liberdade sexual – todas as disputas que compõem a escola pública (SEFFNER, 2015). A defesa da laicidade estatal é, para Seffner (2015), crucial para que as forças homogeneizadoras não destituam a cultura humana de sua diversidade. É o caráter laico que vai garantir, para o autor, que as liberdades religiosas e sexuais coexistam, em sua amplitude, no espaço democrático:

A escola é em geral o primeiro espaço público onde a criança se insere de modo mais continuado, por longos anos. Nesta medida, a escola é um local de participação política, de aprendizado das regras de convívio no espaço público. É importante então que ela seja um lugar de igualdade de oportunidades, de não favorecimento de uns sobre os outros (SEFFNER, 2015, p. 97).

No regime republicano, “a cultura escolar deve se reger por valores do espaço público e pelos princípios da ciência, e não por valores do âmbito doméstico e religioso” (SEFFNER, 2022, p. 3) – não caberiam aqui os contextos escolares construídos pelas instituições privadas e confessionais experienciados por Apollo e Eduardo. Nos limites de nossas problematizações, ainda que a escola pública possa ser espaço para operação das injúrias a discentes LGBTQIPA+, talvez ela também possa configurar-se em espaço seguro para esses/as estudantes e estar, em última instância, prevenindo o suicídio.

Considerações finais

O objetivo deste texto foi problematizar modos pelos quais o neoconservadorismo, ao reverberar em solo escolar, pode viabilizar injúrias que têm como alvo alunos/as LGBTQIPA+. Esses/as estudantes, ao possuírem suas subjetividades marcadas pela injúria, podem forjar uma negatização de si e, em sua máxima, não desejarem mais existir. Para tal problematização, concordamos com teorizações que convergem ao afirmar a importância de se debater o neoconservadorismo em suas amarras com o neoliberalismo.

Os nós entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo se dão, sobretudo, no ataque à república democrática de direitos e seus princípios, como o pluralismo de ideias, a igualdade e o diálogo. As culturas escolares, nessa lógica, são atacadas pelos setores privatistas e religiosos, particularmente pelas investidas que visam colonizar a educação a partir de dogmas morais. Nesse contexto, todos/as aqueles/as que não existem segundo tais prerrogativas morais são vidas inimigas, logo, podem ser insultados/as, atacados/as e aniquilados/as.

Quando não aniquilados/as pelos atos homicidas do Estado, isto é, a partir das políticas de morte, como são as guerras e o desemprego, o são por intermédio de modos violentos de subjetivação que fazem com que certos grupos, como sujeitos LGBTQIPA+, diante da impossibilidade de vislumbrar um futuro para si que não um cotidiano marcado por violências, concebem o suicídio como opção. As experiências de escolarização

de estudantes LGBTQIPA+, quando atravessadas pelas injúrias, podem contribuir para a construção do adoecimento e do desejo de morrer e/ou se matar.

Tais experiências, no entanto, não são homogêneas. Pelo contrário, elas são atravessadas por uma pluralidade de marcadores, discursos e condições. São experiências que, distantes do postulado da injúria, podem atuar potencializando subjetividades, permitindo que diferentes identidades sejam reconhecidas. Na contramão dos mecanismos e instituições que, repetidamente, nos normalizam, punem e matam, ficamos com a provocação: poderiam as escolas públicas, ao promoverem o exercício da cultura democrática e do respeito às diferenças, produzirem rotas de fuga das linhas que forjam o desejo suicida? Se sim, não seria esse mais um dos motivos pelos quais devemos, enquanto sociedade, proteger as escolas públicas das investidas advindas das racionalidades neoconservadoras e neoliberais?

Recebido em: 05/08/2024; Aprovado em: 01/11/2024.

Notas

- 1 Mais informações disponíveis em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/08/03/apos-morte-do-filho-cantora-walkyria-faz-alerta-vigiem-a-internet-esta-doente-video.ghml>>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- 2 Mais informações disponíveis em: <<https://www.estadao.com.br/politica/morre-karol-eller-bolsonarista-influenciadora-homossexual/8-janeiro-nprp/>>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- 3 Na tentativa de não fazer eco à universalização do masculino nas produções acadêmicas, na primeira menção do/a autor/a no corpo do texto, inserimos também seu prenome.
- 4 Apollo, não-binária, identificava-se com os pronomes masculinos (ele/dele), femininos (ela/dela) e neutros (elu/delu). Durante a entrevista, a jovem intercalava a forma de referir-se a si, 'brincando' com os pronomes. Optamos por fazer o mesmo neste texto, ora nomeando Apollo pelos pronomes masculinos, ora pelos femininos.
- 5 Mais informações disponíveis em: <<https://expresso.pt/internacional/2018-10-08-Seria-incapaz-de-amar-um-filho-homossexual.-Nao-vou-dar-uma-hipotese-hipocrita-aqui-prefiro-que-ele-morra-o-pensamento-Bolsonariano-1->>. Acesso em: 27 jun.2024.
- 6 Mais informações disponíveis em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022694-bolsonaro-peco-a-deus-que-brasileiros-nao-experimentem-dores-do-comunismo.html>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Referências

- BIROLLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*, v. 23, n. 65, p. 76-87, 2019.
- BOTEGA, Neury José. *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394/1996. LDB: leis de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, 1996.

BROWN, Wendy. American nightmare: Neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. *Political theory*, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

CHINAZZO, Ítala Raymundo *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 5045-5056, 2021.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio: Estudo de Sociologia*. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GOULART, Vincent Pereira & NARDI, Henrique Caetano. Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 11, n. 1, 2022.

INEP. *Censo Escolar 2023*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista psicologia política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar brasileiro. *Annual Review of Critical Psychology*, v. 11, p. 189-204, 2014. Disponível em: <<https://discourseunit.com/annual-review/11-2014/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: uma ofensiva reacionária transnacional. *Tempo e Presença*, v. 32, p. 1-22, 2019.

LIMA, Luana. Suicídio: um ethos do neoliberalismo? In: *(Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidades e saberes pluriepistêmicos*. In: LIMA, Luana & NAVASCONI, Paulo Vitor Palma (Orgs.). Salvador: Edufba, 2022. p. 95-126.

LOPES, Fábio Henrique. Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. *ArtCultura*, v. 14, e. 24, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/22130>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito e práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

NAGAFUCHI, Thiago. Um olhar antropológico sobre o suicídio: devir, formas de vida e subjetividades. *Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer*, v. 4, n. 7, 2019, p. 101-124.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTQTTIs*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção do suicídio: Manual para Professores e educadores*. Genebra, 2000.

PICCHETTI, Yara de Paula & SEFFNER, Fernando. Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferença: cenas escolares. *Linhas Críticas*, v. 23, n. 52, p. 717-739, 2017.

SANTOS, Welson Barbosa & DINIS, Nilson Fernandes. Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes. *Cad. Pagu*, Campinas, 2018.

SARGENTINI, Vanice. Violência no discurso: insulto, hostilidade e cinismo. In: FERNANDES, Cleudemar Alves (Org.). *A violência na contemporaneidade: do simbólico ao letal*. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 27-36.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. *Retratos da escola*. Brasília, DF. vol. 14, n. 28, jan./abr., p. 75-90, 2020.

SEFFNER, Fernando. Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, p. e86992, 2022.

SEFFNER, Fernando. Modus vivendi, liberdade religiosa e liberdade sexual: o que a escola tem a ver com isso? In: *Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?* Porto Alegre: Deriva/ABRAPSO, 2015. p. 81-104., 2015.

SILVA, Marlon Silveira da. Brasil, mostra a tua cara! A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014-2018). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra & BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-741, Dec. 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Suicide in the world: global health estimates*. 2019. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2023.